

Pré-candidata, Tabata cobra da Prefeitura de SP medidas contra pobreza menstrual nas escolas - MÔNICA BERGAMO

MÔNICA BERGAMO

A deputada federal Tabata Amaral (PSB-**SP**), pré-candidata à **Prefeitura de São Paulo**, enviou ao Executivo da capital paulista um ofício em que cobra a adoção, com urgência, de medidas que viabilizem o combate à pobreza menstrual nas escolas municipais.

No documento, a parlamentar expressou sua "grave preocupação" com as conclusões de uma auditoria do **TCM (Tribunal de Contas de São Paulo)**, que apontou irregularidades e falhas no programa voltado ao tema.

Criado em 2021 pela gestão do prefeito **Ricardo Nunes** (MDB), a iniciativa prevê o fornecimento de absorventes para estudantes na tentativa de reduzir a evasão escolar durante o período menstrual.

A auditoria do **TCM** constatou, porém, que não existe um programa específico de dignidade menstrual na cidade de **São Paulo** e que em todas as escolas municipais visitadas foi constatada a falta de ao menos um dos itens do kit de higiene previsto pela legislação municipal.

Além disso, o órgão apontou que não há um padrão na quantidade de absorventes distribuídos nas escolas. Algumas instituições de ensino apresentaram oito pacotes de absorventes, enquanto em outras havia mais de mil deles. Foi avaliado ainda que rodas de conversa sobre o tema não têm sido realizadas, ao contrário do que está previsto.

"É imprescindível que a efetividade dos programas de dignidade íntima na cidade de **São Paulo** seja garantida", afirma Tabata Amaral, que pede que a gestão atual priorize a questão e acolha as sugestões propostas pelo tribunal de contas.

A deputada do PSB foi uma das autoras da lei federal que criou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, em 2021. A norma incluiu mulheres em condição de vulnerabilidade e em situação de rua como beneficiárias da distribuição de absorventes.

No ofício enviado à **Prefeitura de São Paulo**, Tabata ainda criticou o fato de a secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e a secretaria de Direitos Humanos e Cidadania não terem uma regulação sobre a oferta de absorvente na rede socioassistencial.

"É preocupante que duas secretarias que administram dezenas de equipamentos de atenção e acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade não tenham qualquer regulamento ou norma formal sobre a distribuição de produtos de higiene feminina", afirma a deputada

No mesmo documento, Tabata pediu ainda que seja oferecida uma formação sobre pobreza menstrual aos professores da rede municipal, "de modo a combater o estigma da menstruação".

Procurada pela coluna, a prefeitura não respondeu até a publicação deste texto. Anteriormente, a gestão municipal havia afirmado à Folha que estava "à disposição para prestar os esclarecimentos necessários".

Na ocasião, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania disse que mulheres acolhidas em casas de abrigo recebem um kit de higiene pessoal que contém absorvente higiênico.

A pasta ainda afirmou que o item está disponível para uso livre nos banheiros dos 14 equipamentos da secretaria destinados a mulheres vítimas de violência e que o fornecimento de absorventes para pessoas em situação de rua estava previsto.

Já a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social disse que, dentro do valor repassado mensalmente às OSCs (Organizações da Sociedade Civil), responsáveis pela gestão dos serviços socioassistenciais, está prevista verba para a compra de produtos de limpeza e higiene pessoal, inclusive absorventes.

"As equipes são orientadas a disponibilizarem os itens de cuidado menstrual conforme a demanda apresentada pelo público atendido", afirmou.

Site: [Link para matéria](#)